

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- SE

Estudo Técnico Preliminar 16/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08522.000022/2026-30

2. Descrição da necessidade

De início, registre-se que a Superintendência da Polícia Federal em Sergipe passa por um processo de reestruturação de sede que envolvem três edificações: a sede antiga localizada na Av. Augusto Franco, 2260 e condenada por falhas estruturais e elétricas graves; a sede atual e provisória, cita à Av. Chancellor Osvaldo Aranha; e o edifício em construção, sede futura e definitiva, localizado em terreno urbano no bairro Coroa do Meio, todos em Aracaju/SE.

O presente estudo tem o objetivo de atender a demanda de controle de acesso para a atual sede na Av. Chancellor Osvaldo Aranha. Vale ressaltar que em maio de 2026 foi concluída a mudança total para essa edificação, encerrando-se o vínculo do órgão com o prédio localizado na Av. Augusto Franco. Apesar de provisória, a atual edificação abrigará o órgão público por tempo estimado de cinco anos, diante da magnitude da obra da sede definitiva, já em andamento, no bairro Coroa do Meio. Ademais, é provável que esse prazo se prolongue, afinal, é comum atrasos no cronograma de obras de grande porte, o que reforça a necessidade de implementação de medidas de segurança na atual edificação.

Com relação à realocação dos recursos de segurança da sede anterior para a atual, deve-se consignar que a edificação da Av. Augusto Franco não possuía solução de controle de acesso por biometria para ser reutilizado no prédio atual. Essa falha de segurança, somada à situação crítica daquelas instalações, além de outros fatores, motivou a mudança do órgão para o atual endereço antes mesmo da conclusão da obra da sede definitiva.

Apesar de não haver registros de incidentes relacionados à entrada ou permanência fortuita de pessoas não autorizadas na sede da Superintendência, não se pode olvidar que, em se tratando de segurança orgânica, tais medidas têm natureza cautelar. É dizer, a ocorrência de um ou mais eventos de violação colocará em risco concreto as pessoas, o patrimônio, o material bélico e a cadeia de custódia das evidências geridas pela Polícia Federal, bens jurídicos esses que são fundamentais e se destacam dentre os demais.

Tais aspectos iniciais são relevantes para que possamos compreender a demanda e a opção por uma solução que reflita os vetores custo, benefício, necessidade e adequação, levando-se em conta os recursos disponíveis e o aspecto temporal de ocupação do imóvel alugado à Av. Chanceler Osvaldo Aranha.

Partindo dessas premissas, a Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe (SR/PF/SE) identificou a eminente necessidade de modernizar e ampliar seus mecanismos de segurança orgânica com a implementação de um sistema de controle de acesso por biometria e a aquisição de solução que permita integrar esses sensores com os bancos de dados da unidade, com as câmeras de monitoramento já existentes, com a automação do portão de entrada e demais componentes eventualmente adquiridos em outros processos licitatórios. A iniciativa visa fortalecer a proteção de áreas sensíveis, preservar a integridade física dos servidores e visitantes, e assegurar a inviolabilidade das informações estratégicas sob guarda da unidade.

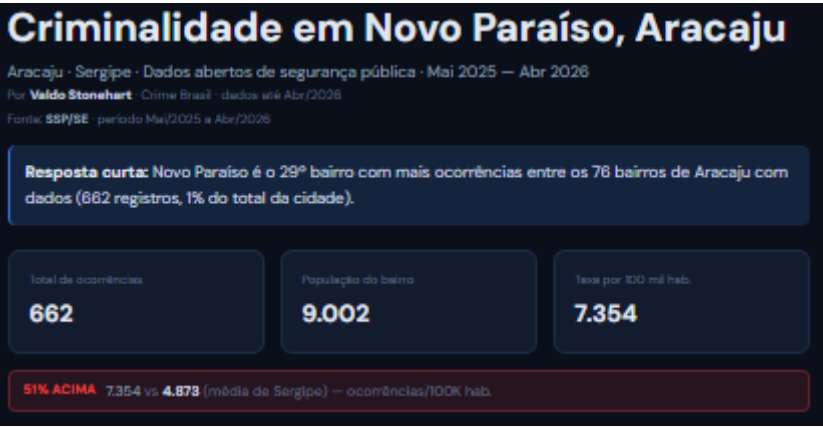
A atual configuração do controle de entrada e saída de pessoas e veículos apresenta limitações quanto à automação, rastreabilidade e controle de permissões de acesso por setores. Diante disso, torna-se imprescindível a adoção de uma solução tecnológica que permita a identificação facial dos usuários, o registro eletrônico dos acessos e a segmentação de ambientes conforme níveis de autorização previamente definidos.

Além do controle de acessos, a ampliação da capacidade de videomonitoramento — com reconhecimento facial e integração a uma central de comando — constitui medida estratégica para inibir condutas indevidas, detectar movimentações suspeitas em tempo real e viabilizar respostas rápidas a eventuais incidentes, promovendo a integração entre as tecnologias e equipamentos.

A aquisição em tela, por seu conteúdo sensível e relevância institucional, possui caráter urgente, especialmente considerando os riscos inerentes à atuação da Polícia Federal e a necessidade de garantir segurança ativa e passiva em suas instalações. A solução ora proposta contribuirá para o cumprimento das diretrizes de segurança institucional da Polícia Federal e se coaduna com os princípios da eficiência, da prevenção de riscos e da gestão proativa da segurança, configurando-se como medida indispensável ao pleno exercício das competências legais da SR/PF/SE.

A urgência está fundada nos níveis de segurança pública no entorno da atual sede. Dados extraídos de fontes abertas indicam que a região apresenta índices elevados de crimes contra a vida, contra o patrimônio e relacionados à Lei de Drogas. Casos recentes noticiados pela mídia incluem grandes apreensões de drogas ilícitas e crimes de furtos a estabelecimentos comerciais na região, emoldurando a premente necessidade da demanda.

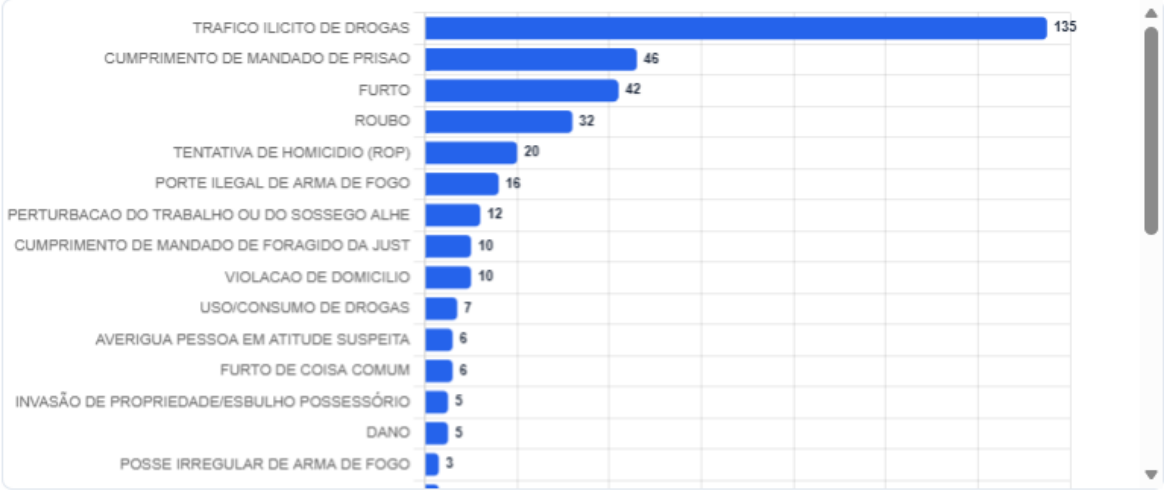
Em pesquisa realizada em fonte aberta no site www.crimebrasil.com.br (Bairro Novo Paraíso, Aracaju é perigoso? 2026 | Crime Brasil) registrou-se que o nível de criminalidade no bairro da atual sede da SR/PF/SE está 51% acima da média dos demais bairros da cidade.



Dados extraídos da Secretaria de Estado e Segurança Pública de Sergipe pontam que, nos últimos cinco anos, a região onde está localizada a atual sede da Polícia Federal registrou 488 ocorrências policiais com espectro violento, patrimonial ou relacionadas ao tráfico de drogas ilícitas. Desataca-se que as maiores incidências criminais são para tráfico de drogas, cumprimento de mandados de prisão em aberto, furto e roubo, conforme indicado no gráfico a seguir.

Naturezas

Role para ver todas as naturezas da seleção. Clique numa barra p/ filtrar por natureza (clique de novo p/ limpar).



É possível observar ainda o aumento do número de eventos de defesa social dessas naturezas no período prospectado, chegando a 18 ocorrências no mês de Fevereiro de 2026. Vale ressaltar que esses são os casos que foram notificados às autoridades de Segurança Pública do Estado, o que torna ainda mais preocupante se considerarmos a provável subnotificação (cifras negras).

Evolução mensal das ocorrências

Quantidade de ROPs por mês na seleção · clique num ponto p/ filtrar aquele ano; clique de novo p/ limpar



Especificamente quanto à possível violação da segurança da SR/PF/SE, em 13/05/2026, registrou-se a ocorrência 2026.0512.075710.0063.03.0003781 no plantão da unidade em que se noticiou que um morador vizinho flagrou indivíduos fazendo buracos no muro da Superintendência na tentativa de observar a movimentação interna.

Outro registro importante se deu no dia 09/07/2026, ocorrência 2026.0708.0063.02.0117737, em que um denunciante anônimo se apresentou para a equipe de plantão e vigilantes da SR/PF/SE noticiando que um indivíduo em um carro havia efetuado dois disparos de arma de fogo contra o muro perimetral anterior da Superintendência da Polícia Federal em Sergipe.

Por fim, em 16/07/2026, lavrou-se Auto de Prisão em Flagrante de um cidadão que, por volta de 03h da madrugada, pulou o portão da SR/PF/SE, aparentemente sob efeito de drogas, com o fim de praticar crime de furto. Na ocasião, uma pequena quantidade de substância semelhante a MACONHA foi arrecadada pela equipe de plantão no bolso do indiciado, fato apurados no Inquérito Policial 2026.0081314.

Em todas as ocasiões, medidas de segurança orgânica, de polícia ostensiva e judiciária foram tomadas para manutenção da ordem e apuração dos fatos. Entretanto, o cenário atual indica que é preciso avançar na proteção desses bens jurídicos para evitar que essas ações se intensifiquem e se concretizem.

A presente demanda visa implementar barreiras físicas que realizarão a compartimentação e a rastreabilidade de alas, setores e andares, como também desempenharão a proteção da edificação por entradas indevidas.

Os equipamentos referenciados neste estudo, dadas as suas características, se enquadram no conceito de BENS COMUNS. A equipe de planejamento é composta pelos servidores a seguir indicados, conforme Portaria SR/PF/SE Nº 094, de 12 de julho de 2026, publicada no Aditamento Semanal nº 24/2026:

- Integrante Requisitante: DPF ARNALDO CARRARA FAGUNTES, matrícula PF nº 23.538, lotado no SIP/SR/PF/SE, e-mail arnaldo.acf@pf.gov.br.
- Integrante Técnico: ATE EMERSON CLEMENTE DOS SANTOS, matrícula PF 13.996, lotado no NTI/SR/PF/AL, e-mail: emerson.ecs@pf.gov.br.
- Integrante Administrativo: AADM RONALDO CORRÊA, matrícula PF nº 11.922, lotado na CPL/SELOG/SR/PF/SE, e-mail: ronaldo.rc@pf.gov.br.

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP reúne o conjunto de informações indicativas e as condições preliminares exigíveis para a implementação da Segurança Orgânica da SR/PF/SE. A aquisição proposta encontra-se alinhada aos princípios de segurança patrimonial, integridade física e institucional e proteção das atividades, dos ativos e dos servidores da Polícia Federal.

Identifica-se e caracteriza-se como falho, ineficiente e vulnerável a condição atual da proteção às instalações físicas desta SR/PF/SE. O presente sistema expõe às inúmeras ameaças suscetíveis, prováveis e possíveis de ocorrerem nas dependências desta importante repartição em virtude da carência de equipamentos adequados ao controle de acesso e trânsito de pessoas e automóveis. Tal condição compromete a segurança de pessoas, bens e instalações da SR/PF/SE, configurando-se em situação emergencial que exige ação imediata. A intervenção requerida é imprescindível para estabelecer a segurança patrimonial e das pessoas, prevenindo ataques, invasões e vulnerabilidades institucionais.

O Projeto de Segurança Orgânica foi elaborado pelo SIP/SR/PF/SE. O sistema projetado viabiliza proporcionar a devida segurança institucional, adequando a movimentação das pessoas apenas nos setores de interesse, como também identificando-as e registrando-se durante a circulação e permanência nas instalações físicas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SIP/SR/PF/SE	ARNALDO CARRARA FAGUNDES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição envolve equipamentos e solução de controle de acesso, que devem atender às características técnicas apresentadas no Termo de Referência. Com o fim de viabilizar a comunicabilidade entre os sistemas já existentes, a adequada interação entre os dispositivos adquiridos e a economicidade, dentre as alternativas constantes do mercado, a aquisição da solução em kits é a que mais se mostra pertinente.

Além disso, alguns pontos de controle de acesso dependerão da preparação em *Drywall* (arremate) para instalação de portas de vidro em corredores, promovendo a setorização e possibilitando a seletividade dos servidores que terão autorização para acessar determinada área. Isso contribuirá para o aumento do nível de segurança orgânica e do controle sobre as pessoas que frequentarão determinada área ou setor.

Para o gerenciamento das câmeras de monitoramento já existentes e futuramente adquiridas em conjunto com a solução de controle de acesso e a automação do portão veicular, também será necessária a aquisição de licença de um software compatível para o gerenciamento dos sensores e administração das informações por eles produzidas.

5. Levantamento de Mercado

Realizou-se o levantamento preliminar das soluções disponíveis no mercado com o objetivo de identificar alternativas tecnológicas que atendam às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe (SR/PF/SE) quanto à modernização de sua segurança orgânica.

Modalidade de Solução	1º Ano	2º Ano	3º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Custo Total
Locação de Solução de Acesso e Videomonitoramento	R \$ 178.855,52	R \$ 182.343,21	R \$ 185.898,90	R \$ 189.523,93	R \$ 193.219,64	R \$ 196.987,43	R \$ 1.126.828,63
Aquisição de Solução de Acesso e Videomonitoramento	R \$ 297.356,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R \$ 297.356,08

A memória de cálculo com os valores para o horizonte de 5 anos (60 meses), aplicando-se o índice de correção IGP-M (FGV) de 1,95% exclusivo para o ajuste da locação;

A pesquisa referente a locação e aquisição: 146914486, 146910898 e 146910898

Análise de Vantajosidade e Eficiência Orçamentária:

A correta parametrização dos dados amostrais consolida a matriz de argumentação técnica, conferindo robustez jurídica à tomada de decisão da Administração. Sob esse prisma, resta evidente que o modelo de locação geraria um impacto continuado e crescente no orçamento do órgão, ao passo que a aquisição extingue despesas futuras com mensalidades e maximiza o retorno sobre o investimento (ROI) dos contratos de suporte preexistentes. Onerosidade da Locação: O modelo de locação geraria um impacto continuado e crescente no orçamento do órgão, ultrapassando os valores em 5 anos devido ao reajuste do IGP-M.

Economicidade Extrema da Aquisição: Além de apresentar um custo nominal drasticamente inferior na pesquisa, a aquisição extingue qualquer despesa futura com mensalidades. Casamento perfeito com a Infraestrutura de suporte: Como o órgão já possui um contrato corporativo de suporte que cobre a implantação e a manutenção, o custo de sustentação da Aquisição ao longo dos 5 anos é zero para esse projeto específico, maximizando o ROI (Retorno sobre o Investimento) dos contratos já existentes.

A análise concluiu que as melhores soluções atualmente disponíveis são aquelas compatíveis técnica e operacionalmente com os equipamentos já instalados e em pleno funcionamento nas instalações da SR/PF/SE. Os modelos de referência indicados nesta contratação foram selecionados não apenas por atenderem aos requisitos funcionais e de segurança, mas também pela necessidade de integração com o sistema já existente — fator essencial para garantir a plena interoperabilidade dos dispositivos de controle de acesso e videomonitoramento. A escolha por equipamentos tecnicamente compatíveis com os atualmente instalados justifica-se pela necessidade de manter a padronização e a interoperabilidade dos sistemas, evitando a fragmentação tecnológica e o consequente aumento de custos com integração, suporte e manutenção.

Adotar equipamentos com diferentes padrões de comunicação, protocolos proprietários ou requisitos de infraestrutura distintos comprometeria a eficiência do sistema como um todo, além de gerar custos adicionais com adaptações, treinamentos e suporte técnico. Dessa forma, os itens especificados, com base em modelos referenciados, representam soluções consolidadas e testadas no ambiente operacional da unidade, promovendo maior confiabilidade, padronização e otimização dos recursos já empregados.

Destaca-se, então, que os equipamentos a serem adquiridos deverão operar em sintonia com os dispositivos já existentes, exigindo, portanto, que os novos itens sejam compatíveis em termos de hardware, software, protocolos de comunicação e gestão centralizada. A adoção de soluções distintas poderia comprometer a eficácia operacional do sistema de segurança como um todo.

O processo de pesquisa de preços foi realizado visando identificar fornecedores que ofereçam tais equipamentos ou equivalentes com desempenho técnico igual ou superior. As especificações descritas foram elaboradas de modo a permitir a ampla competitividade, desde que mantida a compatibilidade com o parque tecnológico existente.

Concluída a pesquisa de preços, adotou-se como valor de referência para a contratação a média aparada dos valores obtidos junto ao mercado. Esse critério foi utilizado para garantir equilíbrio entre a economicidade e a viabilidade técnica, refletindo a média realista praticada no setor e afastando eventuais distorções nos extremos de preço.

Os seguintes fabricantes atendem plenamente a demanda:

FABRICANTE	PAÍS	SOLUÇÃO VMS	SEGMENTO
DIGIFORT	Brasil	Digifort VMS	Corporativo / Governo
SEVENTH	Brasil	D-Guard	Corporativo / Cidades Inteligentes
INTELBRAS	Brasil	Plataforma de Videomonitoramento	Corporativo
MILESTONE SYSTEMS	Dinamarca	XProtect	Corporativo
GENETEC	Canadá	Security Center	Enterprise
NETWORK OPTIX	Estados Unidos	Nx Witness	Corporativo
AXXONSOFT	Internacional	Axxon One	Enterprise
AVIGILON	Canadá	Unity Vídeo	Enterprise

Em complemento, produziu-se uma matriz comparativa entre os fabricantes, demonstrando que há viabilidade na concorrência e amplo potencial de competitividade:

Requisito	DIGIFORT	SEVENTH	INTELBRAS	MILESTONE	GENETEC	NX WITNESS
Plataforma VMS corporativa	x	x	x	x	x	x
Gerenciamento centralizado	x	x	x	x	x	x
Compatibilidade multimarcas	x	x	x	x	x	x
ONVIF	x	x	x	x	x	x
API para integração	x	x	x	x	x	x
Cliente Web	x	x	x	x	x	x
Cliente Desktop	x	x	x	x	x	x
Aplicativo Android/iOS	x	x	x	x	x	x
LDAP / Active Directory	x	x	x	x	x	x

Trilha de auditoria	x	x	x	x	x	x
Criptografia	x	x	x	x	x	x
Failover / Alta disponibilidade	x	x	x	x	x	x
Integração com controle de acesso	x	x	x	x	x	x
Integração com analíticos de vídeo	x	x	x	x	x	x
Escalabilidade	x	x	x	x	x	x

6. Descrição da solução como um todo

A solução adotada permitirá rígido controle de acesso e a setorização dos ambientes aumentando a segurança orgânica do prédio, com reflexo direto à preservação da vida dos servidores e da população que usufruirá do serviço público prestado, das evidências colhidas e depositadas sob a custódia da Polícia Federal e dos bens públicos que estão sob a posse da SR/PF/SE.

A manutenção do sistema será prestada pela equipe do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI/SR/PF/SE), composta por corpo técnico especializado na área. Eventualmente, será necessário treinamento da equipe, devendo a contratada capacitar o efetivo desse núcleo para operar a solução.

Quanto à assistência técnica, a aquisição da solução exigirá o contrato de 12 meses de garantia e, após esse período, poderá ser prestada por integrantes do NTI/SR/PF/SE ou da Administração Predial (AED/SELOG/SR/PF/SE) capacitados.

Do ponto de vista estratégicos, para além da contratação da solução de controle de acesso e automação, serão implementadas as seguintes medidas internas para a resolução do problema:

Instalação dos Equipamentos.

Inicialmente, pretende-se realizar a instalação da solução adquirida nos pontos prioritários, paralelamente à instalação dos softwares de integração dos sistemas para gerenciamento dos sensores de acesso por biometria facial, videomonitoramento e automação do portão principal. Para acompanhar a implantação, serão designados representantes do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI/SR/PF/SE), do Serviço de Inteligência (SIP/SR/PF/SE), e, no que couber, da Administração do Edifício (AED/SELOG/SR/PF/SE). Tais servidores do quadro efetivo da Polícia Federal irão acompanhar, em forma de comissão, o andamento dessa etapa que será realizada pela empresa contratada.

Treinamento e Capacitação

Antes do efetivo funcionamento dos dispositivos, a empresa contratada deverá fornecer treinamento e capacitação dos servidores da área de tecnologia da informação para operar o sistema, munindo-os de conhecimento suficiente para atuar e para treinar servidores de outras áreas, como por exemplo, aqueles responsáveis pela acompanhamento em tempo real das câmeras de vigilância e pelo cadastramento de visitantes (Plantão, vigilantes, servidores terceirizados que atuam na recepção e policiais integrantes do serviço de inteligência policial)

Vale ressaltar que a ferramenta deverá possibilitar o log de acesso ao sistema, de forma auditável, e com níveis de privilégios, para a rastreabilidade dos responsáveis pelos cadastramentos de visitantes.

Além disso, mostra-se pertinente a capacitação de todo o efetivo policial, de administrativos e de prestadores de serviços terceirizados para o uso dos equipamentos, o que deverá ocorrer por etapas e considerando os pontos prioritários de acesso e os setores sensíveis da unidade. O treinamento sobre o uso dos controles de acesso poderá ser realizado por setores e em paralelo com a etapa de cadastro e de ativação dos sensores.

Cadastro

O cadastro do efetivo policial e administrativo poderá ocorrer por meio de importação de bancos de dados internos da Polícia Federal. Alternativamente, sobretudo quanto aos servidores terceirizados, poderá ocorrer de forma concomitante com a fase de treinamento do uso dos sensores e com a ativação dos equipamentos por setor. Nessa etapa também ocorrerá o cadastramento das viaturas policiais e dos veículos particulares dos servidores que acessarão o pátio da SR/PF/SE por meio da câmera de leitura OCR.

Ativação dos Sensores

Os sensores de reconhecimento facial e a automação do portão de acesso será implementada após o treinamento e o cadastramento dos servidores. A medida deverá ser adotada por etapas e por setores, tendo precedências os setores considerados prioritários para a segurança orgânica. Cumulativamente, o processo deverá primar para não obstaculizar a rotina de trabalho dos servidores envolvidos. Essa etapa poderá ser implementada juntamente com o treinamento e o cadastro.

Disposições Gerais

Caberá à Comissão de Segurança Orgânica da SR/PF/SE com a participação de servidor do NTI/SR/PF/SE capacitado pela contratada, realizar o planejamento e o treinamento dos servidores e prestadores terceirizados. Além disso, dispor em Plano Operacional Padrão – POP – os procedimentos em caso de emergência, sobre as medidas de segurança, sobre o cadastro e o descredenciamento de veículos ou pessoas. Deverá constar, no mínimo, as atribuições a seguir aduzidas.

Caberá ao SIP/SR/PF/SE autorizar o cadastro dos servidores, dos prestadores terceirizados e dos veículos nos sistemas de controle de acesso e, se for o caso, determinar a setorização do acesso. Somente após a manifestação do Setor de Inteligência Policial é que o NTI/SR/PF/SE procederá o efetivo cadastramento nos limites estabelecidos. A limitação do acesso não poderá inviabilizar o exercício das atividades ordinárias do servidor ou do prestador terceirizado.

O cadastro de visitantes deverá ser realizado por Policial Federal de Plantão e, eventualmente, será admitido o cadastramento de visitantes por servidor terceirizado que atue na recepção da SR/PF/SE, porém, somente após a manifestação do Policial Federal de Plantão que avaliará os limites de acesso a cada setor, a data e o horário em que o credenciamento permanecerá ativo.

Havendo algum incidente durante quaisquer das fases de implementação da solução a Comissão de Segurança Orgânica, o chefe do SIP/SR/PF, o Plantão Policial e o NTI/SR/PF/SE deverão ser informados para adotarem as medidas cabíveis.

O cadastro e a cassação das credenciais de quaisquer servidores policiais, administrativos ou terceirizados prestadores de serviço deverão ser precedidos de manifestação do SIP/SR/PF/SE que encaminhará a demanda ao NTI/SR/PF/SE.

Caberá à Comissão de Segurança Orgânica da SR/PF/SE deliberar e materializar no POP outros procedimentos e orientações.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base na análise da plana baixa dos prédios que integram a atual sede da SR/PF/SE, classificando as áreas e salas em níveis de criticidade. Pode-se dizer que os pontos de controle foram elencados entre prioritários e opcionais.

Os acessos principais aos prédios, salas técnicas, depósito de evidências, depósito de drogas apreendidas, depósito de material bélico de uso policial, sala do gerador e setor de inteligência policial, foram classificados como prioritários. Em segundo plano, optou-se pela instalação de portas de vidro nos corredores que dão acesso às delegacias temáticas e demais setores administrativos da unidade, os quais foram classificados como opcionais.

Foram elencados 26 pontos de instalação de controle de acesso prioritários e 19 pontos opcionais, os quais permitirão, de forma satisfatória, que os objetivos da demanda sejam alcançados.

Vale ressaltar que a recepção e o setor de protocolo ficam em edificação distinta, na entrada do complexo, e o local é protegido por câmeras de monitoramento, pelo Policial Federal plantonista e por três vigilantes patrimoniais 24h por dia, havendo flexibilidade no atendimento presencial aos usuários do serviço público que não sofrerá interrupções. Quando a esse aspecto, a utilização de solução informatizada de integração dos sistemas permitirá o cadastro prévio e a liberação de acesso aos setores pretendidos, após as medidas ordinárias de segurança, de forma rastreável e com limitação de dia, hora, setor ou delegacia que o visitante acessará, quando houver justificativa (por exemplo, em caso de intimação para diligência presencial ou de flagrante).

Para a setorização do controle de acesso, propôs-se a instalação de 08 portas de vidro em corredores estratégicos do prédio, podendo chegar a 10, permitindo que somente pessoas, servidores ou prestadores terceirizados que atuam naquele setor ou com justificativa funcional acessem o ambiente, diminuindo os custos para administração pública, afinal, evitar-se-á a aquisição de um kit de controle de acesso para cada uma das portas que integram o ambiente. Para instalação das portas de vidro serão necessários serviços de arremate em *drywall*, preparando o ambiente para receber o conjunto da porta de vidro.

Ao fim, o projeto contempla também 01 totem para instalação de botão para o acionamento pelo lado interno do portão veicular de acesso (entrada e saída) ao pátio da SR/PF/SE, além de 01 sensor antiesmagamento e 01 temporizador para preservação da vida e do patrimônio durante o fechamento automático do portão. Esses itens deverão ser compatíveis com o motor elétrico já existente e instalado, além da câmera de monitoramento com leitura de placa em OCR já licitada em outro processo que será instalada pelo lado de fora, formando, ao final, um conjunto de automação do portão de acesso de veículos ao pátio da SR/PF/SE.

Segue a especificação resumida do que será composto cada um dos kits e a solução que se pretende adquirir, deixando-se claro que cada um desses componentes será de talhado no termo de referência e seus anexos:

--	--	--	--

ITEM	Especificações	Unidade De Medida	QTD
1	Solução de controladora de acesso com reconhecimento biométrico para porta de vidro ou madeira : Composição da solução: controlador biométrico, fechadura- eletroímã (c/ sensor e kit de instalação para vibro), mola mecânica hidráulica aérea, 2 acionadores para abertura de sobrepor (sendo uma do tipo rearmável para saída de emergência e outra comum na parte interna) e fonte de alimentação ininterrupta com bateria.	Unidade	39
2	Solução de controladora de acesso com reconhecimento biométrico para porta de ferro : Composição da solução: controlador biométrico, fechadura-eletroímã (c/ sensor e kit de instalação para vibro), mola mecânica hidráulica aérea, 2 acionadores para abertura de sobrepor (sendo uma do tipo rearmável para saída de emergência e outra comum na parte interna) e fonte de alimentação ininterrupta com bateria.	Unidade	05
3	Porta de vidro temperado, de abrir (giro), uma folha, 1,00x2,10m, espessura 10mm, inclusive marco em metalon, mola hidráulica de piso, conjunto de ferragens (contemplando dobradiças, fechadura e contra fechadura) - fornecimento e instalação (arremate em drywall).	Unidade	10
4	Totem para implantação de acionamento de saída ou Reconhecimento Facial - 1,20 M	Unidade	1
5	Sensor Ativo De Barreira Antiesmagamento	Unidade	1
6	Solução de controle de acesso e videomonitoramento	LICENCA BASE CONTROLE ACESSO	1
		LICENCA 1 PORTA CONTR ACESSO	28
		LICENCA BASE DE VIDEO	1
		LICENCA DE 1 CONEXAO DE VIDEO	35
7	Serviço de instalação	Unidade	46

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 297.356,08

A estimativa de custos para a aquisição de equipamentos para implementação da segurança orgânica da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe (SR/PF/SE) foi elaborada com base em pesquisas de preços, coletada por solicitação do SIP/SR/PF/SE às empresas e no sistema “compras.gov.br”, para recepção e elaboração de proposta comercial, a partir das quais, efetuou-se os devidos cálculos da média aparada.

Análise crítica do preço:

Foi realizado o estudo no formato de pesquisa de mercado, a partir da solicitação formal de empresas do ramo, que manifestaram interesse em elaborar proposta comercial dos bens a serem adquiridos. Os orçamentos apresentados foram coletados diretamente junto às empresas especializadas por meio de solicitações via WhatsApp e e-mail institucional. Optou-se por essa forma de comunicação a fim de agilizar os retornos e obter cotações atualizadas de

forma prática e eficiente. Essa forma de pesquisa de preço foi adotada face à urgência da implementação das medidas de segurança e está ancorada, por analogia, na Orientação nº 35 da SEGES, para pesquisa de preços simplificada (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/35-orientacao-sobre-procedimento-simplificado-para-estimar-o-valor-preliminar-da-contratacao-para-plano-de-contratacoes-anual>).

Optou-se por solicitar a todos os fornecedores que puderam ser localizados e identificados como empresas do ramo, não se restringindo por critério prévio de seleção.

A presente análise seguiu as diretrizes e metodologias da IN 65/2021 - SEGES/ME e Portaria 449/21-MJSP, para fins de exclusão de valores inexequíveis ou com sobrepreço.

Por meio do Pannel de Preços não se obteve amostras de preços. A pesquisa foi efetivada com amostradas coletadas em pesquisa direta com fornecedores, com fundamento no art. 5º e inciso IV da IN 65/2021-SEGES/ME.

Após recepcionar propostas comerciais de diversas empresas, foi montado um mapa comparativo de preços, determinando-se a média, desvio padrão, limites mínimos e máximos (para fins de exclusão de valores inexequíveis e sobrepreços, conforme metodologia prevista na Portaria 449/21 - MJSP). A partir dessa curva, descartam-se os valores que não atendem aos limites e efetua-se a média final (média dos valores que atendem aos requisitos e não se configuram outliers). Esse critério foi utilizado para garantir equilíbrio entre a economicidade e a viabilidade técnica, refletindo a média realista praticada no setor e afastando eventuais distorções nos extremos de preço.

Dessa forma, elaborou-se a planilha orçamentária como estimativa do valor da contratação, calculando-se os valores unitários e totais de cada item que se pretende adquirir.

Conforme a planilha orçamentária anexa, o valor total estimado para a aquisição completa dos bens é de **R\$ 297.356,08 (duzentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oito centavos).**

O valor total apresentado inclui todos os custos diretos e indiretos para a aquisição da solução (bens e de serviços), a partir do seu fornecimento no local de entrega, ou seja, nesta Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe - SR/PF/SE.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do §1º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, a regra geral nas contratações públicas é o parcelamento do objeto, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade e favorecer a participação de um maior número de fornecedores. No entanto, após análise técnica, concluiu-se que o parcelamento da presente aquisição não se mostra adequado nem vantajoso à Administração.

A contratação em tela exige a aquisição integrada e padronizada de sistemas de controle de acesso no videomonitoramento existente, os quais devem operar de forma sincronizada e com plena compatibilidade lógica, elétrica e de software. O fracionamento da aquisição comprometeria a interoperabilidade entre os equipamentos, podendo acarretar falhas de comunicação entre os dispositivos, dificuldades na instalação e elevação dos custos com integração técnica posterior.

Adicionalmente, a execução da instalação dos equipamentos depende de uma lógica sistêmica e coordenada, que envolve cabeamento estruturado, parametrização centralizada, programação e testes de funcionamento em conjunto, exigindo um projeto único e harmônico. O parcelamento, nesse contexto, dificultaria a responsabilidade técnica unificada pela entrega funcional do sistema, comprometendo o desempenho global da solução.

Por fim, ressalta-se que a contratação integrada favorece a obtenção de melhores propostas comerciais, visto que os fornecedores podem apresentar soluções completas com ganhos de escala, além de maior responsabilidade sobre o desempenho do sistema como um todo. Portanto, o não parcelamento do objeto assegura a integridade técnica da solução e, ao mesmo tempo, amplia a competitividade entre os licitantes interessados, conforme demonstrado no levantamento de mercado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação da solução de controle de acesso, integração dos sistemas e automação do portão principal da SR/PF/SE faz parte de um conjunto de ações contratadas com o fim elevar a Segurança Orgânica unidade a patamares aceitáveis.

Nesse contexto, por meio de processo licitatório (Processo SEI 08520.004345/2025-31- Licitação: Pregão Eletrônico) – Contratação de Vigilância Patrimonial), contratou-se a prestação de serviço de segurança patrimonial de 03 vigilantes armados para posto diurno e 03 vigilantes armados para posto noturno. Tais prestadores, juntamente com o Polícia Federal de Plantão, integram um corpo de vigilância 24h das instalações da sede da SR/PF/SE na Av. Chanceler Osvaldo Aranha.

Quanto às câmeras de monitoramento, algumas foram reaproveitadas da antiga sede que estava localizada na Av. Augusto Franco e se encontram em funcionamento. Ocorre que se trata de equipamentos antigos, de tecnologia obsoleta e muitas estão inoperantes, motivo pelo qual a SR/PF/SE participou de uma licitação promovida pela Academia de Polícia Nacional (ANP), juntamente com outras unidades da Polícia Federal, atualmente em fase

de formalização do contrato. Vale ressaltar que nesse processo licitatório, a SR/PF/SE foi contemplada apenas com o registro de preço de câmeras de monitoramento (Processo SEI 08204.001428/2025-51 Licitação: Pregão Eletrônico – Contratação de Câmeras de Videomonitoramento ANP) e não estão incluídos os itens de controle de acesso e a solução de integração dos sistemas.

No quesito automação, a câmera com leitor OCR que irá acionar o motor do portão de acesso ao pátio da unidade será adquirida por meio do contrato firmado no âmbito daquela licitação nacional da ANP, estando pendente apenas os demais equipamentos demandados para o acionamento do portão pelo lado interno (saída) e os sensores antiesmagamento e temporizador. Com a implementação da solução, o acesso de veículos terá múltiplo fator de segurança: a leitura de placas previamente cadastradas e a avaliação do vigilante armado que se encontra naquele posto de trabalho.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A demanda foi incluída em 02/10/2025 no PAC 2026, conforme Documento de Formalização da Demanda nº 149/2026 juntado nesse processo SEI (146558024), e está alinhada à missão institucional da Polícia Federal, no tocante à proteção das estruturas estratégicas, reforço da segurança pública e aprimoramento dos mecanismos de controle de acesso.

O objeto proposto está contemplado no Planejamento Estratégico do Órgão, conforme definições da Resolução nº 007- CGPF/PF, de 27/05/2024, especificamente quanto: Objetivos Estratégicos: Pessoas e Estrutura: Formar a Polícia do Futuro, Moderna e inovadora; Métricas de Topo: Capacitação e treinamento. Eficiências nas contratações.

12. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

Essa contratação busca gerar resultados concretos e mensuráveis, especialmente sob os aspectos da economicidade, eficiência operacional, racionalização do emprego de recursos públicos e maximização do aproveitamento da infraestrutura já existente na SR/PF/SE, como se verá.

Sobre a Economicidade da Solução, o levantamento de mercado realizado demonstrou que a aquisição dos equipamentos e das licenças apresenta maior vantagem para a Administração Pública, quando comprada ao modelo de locação continuada. Isso porque, tendo como projeção o prazo de cinco anos que a SR/PF/SE permanecerá nesse endereço de altos índices de criminalidade urbana, a estimativa de locação ultrapassou um milhão de reais, ao passo que a aquisição da solução foi estimada em **R\$ 297.356,08 (duzentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oito centavos)**, o que corresponde a menos de um terço do valor da locação.

Além disso, a contratação foi estruturada para aproveitar equipamentos, sistemas e infraestrutura tecnológica já existentes na SR/PF/SE, evitando investimentos desnecessários em plataformas paralelas, interfaces de integração customizadas ou substituições prematuras de ativos em funcionamento. Tal diretriz observa a orientação doutrinária e jurisprudencial segundo a qual a avaliação da vantajosidade deve considerar todo o ciclo de vida do objeto, e não apenas o valor inicial da contratação.

Do ponto de vista do melhor aproveitamento dos recursos humanos, resta claro que o controle de acesso por biometria facial e o gerenciamento desses recurso, das câmeras de monitoramento e dos sensores de portão principal da unidade em um único *software*, reflete uma medida de automação de procedimentos que irá flexibilizar as demandas de segurança orgânica dantes realizadas pela equipe de plantão e pelos vigilantes patrimoniais, os quais poderão se dedicar com mais afinco a atividade finalística da Polícia Federal e a outras atividades de segurança das instalações do prédio da Superintendência, respectivamente. Não só, a automação é mais eficiente, afinal, por inúmeros fatores, o ser humano está mais propenso a falhar em atividades repetitivas; cria lastro em banco de dados auditáveis sobre os acessos realizados; limita os acessos a áreas restritas.

Igualmente, a manutenção ordinária da solução poderá ser absorvida pelas equipes técnicas já existentes do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI /SR/PF/SE), após treinamento a ser fornecido pela contratada, reduzindo dependências externas e evitando custos continuados de operação. A utilização de corpo técnico próprio contribui para a transferência de conhecimento institucional, aumento da autonomia administrativa e redução de despesas com suporte especializado.

Com relação ao melhor aproveitamento dos recursos materiais, a contratação foi planejada para operar de forma integrada com os dispositivos já disponíveis na unidade. Haverá o aproveitamento da infraestrutura de rede, das câmeras de monitoramento já instaladas e daquelas que serão adquiridas no processo licitatório mencionado no Tópico 10 desse Estudo Técnico Preliminar, do motor elétrico do portão veicular do pátio principal, do contrato corporativo e estruturas de suporte tecnológico da Polícia Federal e dos ambientes físicos já adaptados à operação da solução.

A compatibilidade exigida entre os novos componentes e o parque tecnológico existente evita desperdício de recursos públicos, reduz riscos de ociosidade de equipamentos anteriormente adquiridos e impede a fragmentação tecnológica, circunstância que poderia gerar custos adicionais de integração, treinamento, manutenção e suporte.

A estratégia de setorização adotada também contribui para o uso racional dos recursos materiais, uma vez que permite proteger áreas críticas mediante a instalação planejada de barreiras físicas e pontos de controle em locais estratégicos, evitando a necessidade de multiplicação indiscriminada de equipamentos em todos os acessos internos da edificação.

Do ponto de vista dos recursos financeiros, a proposta favorece a previsibilidade orçamentária e reduz a exposição da Administração a despesas futuras de caráter continuado.

A adoção de plataforma integrada proporciona centralização operacional, padronização tecnológica e simplificação da gestão contratual, reduzindo custos associados à manutenção de múltiplos sistemas independentes. Também contribui para mitigar gastos futuros com adaptações técnicas, desenvolvimento de interfaces específicas, capacitações redundantes e contratação de soluções complementares para suprir limitações de interoperabilidade.

Adicionalmente, a utilização de equipamentos compatíveis com padrões amplamente difundidos no mercado e aptos à integração com diferentes fabricantes amplia a competitividade do certame e reduz riscos de dependência tecnológica de fornecedor específico, favorecendo futuras contratações mais vantajosas e preservando a sustentabilidade financeira da solução ao longo de sua vida útil.

Por fim, o resultado institucional esperado é que o nível de segurança orgânica da SR/PF/SE seja elevado com a implementação da solução de controle de acesso, promovendo a rastreabilidade, a segregação de ambientes e o monitoramento integrado. Busca-se o aumento da proteção à pessoas, instalações, da custódia de objetos apreendidos, dos armamentos e equipamentos sensíveis da instituição cuja posse está sob a gestão da SR/PF/SE. Além disso, objetiva alcançar maior eficiência administrativa, melhor governança dos acessos, redução de custos decorrentes de ineficiências operacionais e maximização do aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros já disponíveis na instituição, em plena observância dos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação visa proporcionar ganhos substanciais para a segurança institucional, a gestão operacional e a eficiência administrativa da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe (SR/PF/SE). Dentre os principais benefícios a serem alcançados, destacam-se:

- a) Reforço da segurança orgânica: a instalação de um sistema integrado de controle de acesso e videomonitoramento com tecnologia de reconhecimento facial permitirá maior controle sobre a entrada e circulação de pessoas, mitigando riscos de intrusão, acesso indevido e vulnerabilidades internas.
- b) Rastreabilidade e auditoria de acessos: com o uso de controladoras faciais e softwares inteligentes, será possível manter registros eletrônicos detalhados de acessos, com rastreabilidade por usuário, setor e horário, o que contribui para a transparência, controle e responsabilização em eventuais investigações ou ocorrências.
- c) Integração e centralização da gestão de segurança: a solução a ser implementada viabilizará a gestão centralizada dos pontos de controle e videomonitoramento, otimizando a supervisão em tempo real, a tomada de decisões e a resposta a incidentes de segurança.
- d) Eficiência operacional e redução de custos futuros: ao garantir a compatibilidade com os sistemas já em funcionamento, evita-se a necessidade de retrabalho, adaptações técnicas e aquisição de novos treinamentos, promovendo economia de recursos públicos e maior durabilidade dos ativos adquiridos.
- e) Adequação tecnológica e modernização institucional: a adoção de soluções tecnológicas atualizadas contribui para a modernização do parque tecnológico da unidade, alinhando suas práticas às melhores diretrizes de segurança institucional em nível nacional.

14. Providências a serem Adotadas

O processo de contratação se divide em três etapas básicas: Planejamento, Seleção do Fornecedor e Gestão de Contratos.

O planejamento é a fase preparatória de todo o processo inicial da contratação. Na fase preparatória/planejamento é que são definidas as especificações da demanda (descrição do objeto, prazos, obrigações das partes, etc.), o valor estimado da contratação, o critério de julgamento das propostas, os requisitos de habilitação dos licitantes, dentre outros.

Quando ocorrem falhas, faltas ou imprecisões na fase de planejamento é que surgem os problemas mais comuns de uma licitação: impugnações, recursos, aditivos, glosas em serviços e preços destoantes da realidade do mercado. Tudo isso, além de comprometer a escolha satisfatória do fornecedor, conduz à execução de um contrato desvantajoso.

Para o sucesso de uma contratação, portanto, um bom planejamento prévio é etapa essencial. O planejamento deverá conter as providências prévias ao contrato, propriamente dito, e que podem ser contempladas nos seguintes instrumentos:

Mapa de Análise de Riscos da Contratação, que é o documento que visa enumerar os possíveis riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual, bem como os potenciais danos, seus respectivos responsáveis e as ações de prevenção e contingência;

Estudo Técnico Preliminar, que descreva a necessidade da eventual contratação e suas justificativas, a solução proposta com exame de viabilidade, estimativas de quantidade e custos e os resultados esperados com a solução proposta;

Termo de Referência, que será o instrumento base para o edital licitatório. Ele deverá conter, pormenorizadamente, todos os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do objeto contratado.

Diante do exposto, entendemos que, para o presente objeto, todas as providências prévias necessárias ao bom desempenho da contratação já se encontram suficientemente apontadas no Estudo Técnico Preliminar e no Mapa de Risco e serão devidamente minudenciadas no futuro Termo de Referência. Não havendo, assim, a necessidade, salvo melhor juízo, de demais providências prévias além das já contempladas e descritas.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição ora proposta refere-se a equipamentos de controle de acesso e a sistema de gerenciamento de acesso e de videomonitoramento, cuja instalação e operação são consideradas de baixo impacto ambiental, não envolvendo consumo intensivo de recursos naturais nem geração significativa de resíduos durante o uso regular.

No entanto, em observância ao princípio da sustentabilidade que rege as contratações públicas (art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021), foram considerados os seguintes aspectos:

- a) Consumo energético eficiente: os equipamentos selecionados operam, em sua maioria, com tecnologia PoE (Power over Ethernet), que permite reduzir o número de cabos e fontes de alimentação independentes, otimizando o consumo de energia elétrica e diminuindo a complexidade da instalação elétrica.
- b) Redução do uso de materiais: a utilização de cabeamento estruturado do tipo UTP Cat6 antichamas, com roteamento racionalizado, contribui para minimizar o uso de materiais e reduzir resíduos associados à infraestrutura lógica.
- c) Descarte ambientalmente adequado: será exigido dos fornecedores o cumprimento da legislação ambiental vigente, especialmente no tocante ao descarte de resíduos eletrônicos e embalagens, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- d) Vida útil prolongada dos equipamentos: a padronização dos dispositivos com os modelos já existentes, bem como a integração ao sistema atual, visa evitar a obsolescência precoce e reduzir a necessidade de substituições ou descarte em curto prazo, promovendo o uso sustentável dos recursos públicos.

Em suma, os impactos ambientais desta contratação são considerados mínimos e mitigáveis, sendo adotadas as devidas precauções quanto à eficiência, durabilidade e descarte final dos itens adquiridos.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da presente contratação encontra respaldo na conjugação de fatores técnicos, operacionais e legais que atestam a conveniência da medida para o interesse público, bem como na capacidade da Administração em conduzir adequadamente o processo licitatório e a execução contratual.

Em primeiro plano, a necessidade da contratação está claramente demonstrada: trata-se da implementação de um sistema de controle de acesso e videomonitoramento, em substituição ou expansão da estrutura atual, cujo funcionamento é essencial à segurança institucional da Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe. Os riscos decorrentes da ausência de controle eficaz de entradas, permissões internas e vigilância eletrônica são significativos, justificando a urgência e prioridade do atendimento da demanda.

Sob o aspecto técnico, a solução proposta é exequível e compatível com os sistemas já em funcionamento, não demandando alterações estruturais de grande porte, nem adaptações complexas. O mercado oferece fornecedores habilitados a prestar o fornecimento e a instalação de forma integrada, conforme verificado na pesquisa realizada.

Do ponto de vista legal e orçamentário, a contratação respeita os princípios e requisitos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à fase preparatória, à estimativa de valor e à escolha da modalidade licitatória adequada. A adoção do valor da média aparada como referência contribui para a regularidade da contratação e evita direcionamentos ou superfaturamentos.

Por fim, a Administração possui condições técnicas e organizacionais para conduzir o certame, realizar o acompanhamento da execução contratual e garantir a adequada entrega dos bens e serviços. Dessa forma, a contratação mostra-se viável, necessária, juridicamente segura e economicamente vantajosa, preenchendo os requisitos legais e de interesse público que a fundamentam.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Conforme PORTARIA SR/PF/SE Nº 94, DE 12 DE JUNHO DE 2026.

ARNALDO CARRARA FAGUNDES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 24/08/2026 às 18:00:03.

Despacho: Conforme PORTARIA SR/PF/SE Nº 94, DE 12 DE JUNHO DE 2026.

EMERSON CLEMENTE DOS SANTOS

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 24/08/2026 às 18:03:46.

Despacho: Conforme PORTARIA SR/PF/SE Nº 94, DE 12 DE JUNHO DE 2026.

RONALDO CORREA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 24/08/2026 às 18:09:49.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Registro_de_Ocorrencia.pdf (10.01 MB)
- Anexo II - Registro de Ocorrência do muro.pdf (133.31 KB)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
REGISTRO DE OCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA
2026.0512.075710.0063.03.0003781-SR/PF/SE

Consta o REGISTRO DO HISTÓRICO do plantão do dia 12/05/2026, da unidade SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE, o que passo a transcrever na íntegra, com o seguinte teor:

Ocorrência 2026.0512.075710.0063.02.0104715:

"Registre-se que um morador aqui da vizinhança compareceu a este plantão e relatou que já viu pessoas fazendo furos no muro desta Superintendência Regional, para observar o movimento interno. Que após essa denúncia, os vigilantes fizeram uma ronda e constataram que no muro da Rua Rio Grande do Sul há um furo completo e dois iniciados, conforme fotos."

Ocorrência registrada em 13/05/2026 06:56



Para validação, procure uma unidade da Polícia Federal

Impresso em 13/05/2026 08:14:11



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
REGISTRO DE OCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA
2026.0708.073755.0063.03.0004109-SR/PF/SE

Consta o REGISTRO DO HISTÓRICO do plantão do dia 08/07/2026, da unidade SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE, o que passo a transcrever na íntegra, com o seguinte teor:

Ocorrência 2026.0708.073755.0063.02.0117737:

"Registre-se que, nesta data, entre 06:10 e 06:20 horas, compareceu no portão da frente desta Superintendência Regional pessoa que não quis se identificar, avisando que viu um carro passar na rua dos fundos desta Superintendência e que do seu interior uma pessoa teria efetuado dois disparos em direção ao muro dos fundos, aparentemente com arma de fogo. Cumpre ressaltar que este Serviço de Plantão, juntamente com os Vigilantes, ouviu um barulho semelhante a estouro, não tendo sido possível identificar que fosse proveniente de arma de fogo. Com base na informação, este Serviço de Plantão dirigiu-se até o local para fazer uma inspeção, não tendo sido possível identificar sinal aparente dos eventuais disparos, nem a existência de material proveniente de munição. Ressalte-se, por fim, que não foi possível acionar o sistema de câmeras para verificar as imagens, no horário acima informado, tendo em vista este Serviço de Plantão não ter acesso imediato às mesmas, fazendo-se necessário, portanto, o envio deste registro para que sejam analisadas as imagens e verificar a veracidade ou não da informação. Dessa sorte, serve o presente para conhecimento e deliberação de V. Exa. É o breve relato."

Ocorrência registrada em 09/07/2026 07:56



Para validação, procure uma unidade da Polícia Federal

Impresso em 09/07/2026 09:26:17